5.º O milho existente na posse dos comerciantes inscritos deve ser também manifestado, mas pode ser vendido por êles para consumo do respectivo concelho ou para concelhos deficitários; neste último caso os referidos comerciantes ficam obrigados a participar à F. N. P. T. o seu destino antes de fazerem a expedição.

6.º Os preços do milho, da farinha e do pão na venda ao público serão fixados pelos governadores civis, com base no preço ao produtor, ouvidas as comissões reguladoras do comércio local.

7.º Serão expedidas as instruções que forem julgadas necessárias para a realização dos fins previstos nesta portaria; as autoridades administrativas e policiais prestarão o auxílio que fôr necessário para a sua execução.

8.º As infracções ao disposto nesta portaria serão punidas nos termos do decreto-lei n.º 31:564, de 10 de Outubro de 1941.

Ministério da Economia, 9 de Janeiro de 1942. —
O Ministro da Economia, *Rafael da Silva Neves Duque*.

Portaria n.º 9:995

O Governo tem procurado, desde a última campanha, assegurar o abastecimento do sulfato de cobre para tratamento das vinhas, com perfeita consciência dos graves prejuízos e perturbações que adviriam da sua falta, tanto para a vinicultura como para o trabalho rural. Em todos os mercados de cobre ou de sulfato de cobre se tem diligenciado a sua aquisição, quer por intermédio da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, quer apoiando diligências das empresas e organismos, para execução de encomendas feitas.

Apesar disso — dada a insuficiência das quantidades adquiridas e a incerteza quanto à sua chegada —, torna-se necessário tomar conta de toda a sucata de cobre existente para o fabrico de sulfato de cobre.

Prevê-se, ainda, que os tratamentos tenham de ser feitos com menor percentagem de sulfato do que a communmente usada ou mesmo segundo outras fórmulas. E daí também a necessidade de conhecer o que já exista na posse de cada um.

Neste termos, e ao abrigo do disposto no decreto-lei n.º 31:564, de 10 de Outubro de 1941, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, o seguinte:

1.º Considera-se requisitada toda a sucata e lingotes de cobre, de bronze e de latão existente, a qual será entregue, nos termos do n.º 2.º do artigo 1.º do referido decreto-lei n.º 31:564, à Comissão Reguladora do Comércio de Metais (C. R. C. M.).

2.º Para efeito do disposto no número anterior ficam obrigados todos os possuidores de sucata e lingotes de cobre, de bronze e de latão a fazer o seu manifesto perante a C. R. C. M. ou por intermédio das administrações de concelho no prazo de dez dias, a contar da data desta portaria.

3.º O manifesto deverá conter as indicações seguintes:

- a) Nome e residência do manifestante, ou, tratando-se de sociedade comercial, a firma e respectiva sede;
- b) Quantidade ou peso aproximado e lugar onde se encontra.

Os manifestos serão enviados imediatamente à C. R. C. M.

4.º A mercadoria será paga pela C. R. C. M. ao preço que vier a ser fixado pelo Ministro da Economia, sob proposta daquele organismo.

5.º Os possuidores de sulfato de cobre e de outros fungicidas cúpricos são também obrigados a fazer o seu manifesto no prazo de dez dias, a contar da data desta portaria, perante a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (C. R. P. Q. F.), directamente ou por intermédio:

- a) Dos Grémios da Lavoura;
- b) Das delegações ou agentes concelhios da Junta Nacional do Vinho;
- c) Dos Grémios de Vinicultores;
- d) Ou por intermédio das câmaras municipais onde não existam aqueles organismos.

Os referidos manifestos serão enviados imediatamente à C. R. P. Q. F.

6.º As infracções ao disposto nesta portaria serão punidas nos termos do decreto-lei n.º 31:564, de 10 de Outubro de 1941.

Ministério da Economia, 9 de Janeiro de 1942. —
O Ministro da Economia, *Rafael da Silva Neves Duque*.

Portaria n.º 9:996

Nos termos do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 29:904, de 7 de Setembro de 1939, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, o seguinte:

1.º Enquanto durarem as circunstâncias derivadas do estado de guerra funcionarão, nos concelhos em que fôr julgado necessário, comissões reguladoras do comércio local, que tomarão o nome do respectivo concelho.

2.º As referidas comissões serão compostas do presidente da câmara ou de um vogal escolhido por esta, que servirá de presidente, de um representante do Grémio da Lavoura, outro do Grémio concelhio do comércio e de dois homens bons escolhidos pelo governador civil. Onde não houver Grémio da Lavoura e do comércio o governador civil designará os representantes da produção e do comércio.

3.º Compete às comissões reguladoras concelhias:

- a) Informar sobre as existências de produtos e sobre as necessidades das populações;
- b) Regular a sua distribuição e consumo dentro dos concelhos, em conformidade com as regras formuladas pelo Ministério da Economia, por intermédio dos governadores civis;
- c) Exercer quaisquer outras funções que lhes sejam cometidas, por determinação do Ministério da Economia, para assegurar a regularidade possível no abastecimento.

4.º As referidas comissões podem ter delegações nas freguesias, dirigidas pelo regedor ou por um vogal da junta de freguesia, para o exercício das funções que aquelas lhes confiarem.

Ministério da Economia, 9 de Janeiro de 1942. —
O Ministro da Economia, *Rafael da Silva Neves Duque*.